

TRAGÉDIA NO SUL

Saída da crise pelo Orçamento

Parte da verba da União pode vir a ser "carimbada" para investimento em medidas que diminuam desastres como o gaúcho

» DENISE ROTHENBURG

As demonstrações de unidade política, neste fim de semana, em decorrência da tragédia que se abate sobre o Rio Grande do Sul, indicam uma trégua no embate político da polarização e na briga pelo Orçamento. Pelo menos por enquanto, a ordem é trabalhar na busca de soluções emergenciais para atender a população do estado, e criar mecanismos de prevenção a desastres climáticos — algo que andava meio à margem, com o debate voltado à briga pelo poder de mando sobre os recursos da União.

Começa a se desenhar agora nos seguintes termos: se o Congresso quer ter poder sobre as verbas orçamentárias, os parlamentares terão que dedicar parte dos recursos que carimbam a esses serviços emergenciais e preventivos. E, da parte do Poder Executivo, é deixar de lado o conta-gotas das emendas e permitir que recursos, propostos pelos políticos para esse fim, cheguem àqueles que precisam.

Essa será a toada desta semana, que previa um duelo sobre o Orçamento no plenário do Congresso, na análise dos vetos. O tema será discutido hoje. Até ontem à noite, a votação dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava mantida para quinta-feira, mas algumas ideias virão — como, por exemplo, dedicar as verbas decorrentes desses vetos às ações de prevenção de desastres.

Sem previsão

“Hoje, não se tem uma rubrica para prevenção de desastres climáticos. Só se aciona a Defesa Civil quando há óbito. Todos os anos que colocamos isso (no Orçamento), o próprio Poder Executivo veta. Tentei fazer em 2014, quando fui relator pela primeira vez, e não consegui. É lamentável que não se tenha um crédito extraordinário para prevenção de desastres. E os parlamentares precisam dedicar emendas para isso, exercendo o semi-presidencialismo na sua plenitude”, lamenta o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que relatou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

Se uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) serviu para tornar as emendas impositivas — ou seja, de liberação obrigatória —, a ideia de muitos deputados e senadores é buscar o mesmo sistema para resolver questões relacionadas às emergências climáticas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende debater na quarta-feira um texto

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Leonardo Prado/Câmara dos Deputados



A deputada Daiana foi a primeira a alertar que não haveria como realizar o “Enem dos Concursos” no estado

para destinar parte das emendas à prevenção de desastres.

No Senado, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) propôs outra PEC para criação de um “orçamento de guerra” para, tal e qual no período da pandemia,

atender crises como a que assola os gaúchos atualmente. Já Danilo Forte pretende propor que se use o lucro de Itaipu, na casa dos R\$ 3 bilhões, para ações de prevenção e emergência relacionadas às mudanças climáticas.

Afastamento

Todas essas ações têm o intuito de mostrar os parlamentares estão dedicados ao atendimento à população. São vários casos de afastamentos, reflexos das mudanças



Não se tem uma rubrica para prevenção de desastres climáticos. Só se aciona a Defesa Civil quando há óbito. Todos os anos que colocamos isso (no Orçamento), o próprio Poder Executivo veta. Tentei fazer em 2014, quando fui relator pela primeira vez, e não consegui. É lamentável que não se tenha um crédito extraordinário para prevenção de desastres”

Deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que relatou a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano

“Bolhas das redes” afastam a realidade

A tragédia do Rio Grande do Sul levou muitos políticos a refletir que a classe, como um todo, tem dedicado muito tempo às “bolhas” das redes sociais, onde os algoritmos comandam, deixando de lado a tarefa primordial de atendimento à população. Muitas vezes, se perdem em discussões estereis de briga por cargos e poder, sem levar em conta as necessidades reais dos brasileiros ou atender para temas que atingem diretamente a vida das pessoas — como prevenção de desastres decorrentes das mudanças climáticas.

Nas comissões da Câmara dos Deputados, por exemplo, está cada dia mais difícil conseguir levar adiante a discussão de projetos, uma vez que viraram palco da polarização e funcionam mais para audiências públicas de ministros do que discussões de grandes temas nacionais. Nesses cenários, todos os temas importantes e cruciais têm seguido para grupos de trabalho, comissões especiais ou diretamente para o plenário.

E serviços relacionados aos grandes temas não faltam — na área de desastres ambientais, conforme alertam alguns especialistas, são vários. É preciso, por exemplo, encontrar soluções de engenharia para aprofundar leitos dos rios para que não transbordem diante das chuvas volumosas; ampliar sistemas de diques; e de retirada das pessoas das áreas de risco. São ações integradas e que devem ser estudadas para todas as regiões do país.

Alguns, porém, consideram difícil a trégua na polarização, com eleições municipais desmontando no horizonte. Embora o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), tenha dito que não é hora de procurar culpados e se mantido distante das notas emitidas pelo seu partido criticando o governo Lula, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, partiu para cima da gestão Bolsonaro.

“Se não tivéssemos quatro anos de apagão em termos de política climática, de prevenção, poderíamos estar em outra situação”, criticou. (DR)

climáticas no país ao longo dos últimos anos. E nenhum deles tirou os políticos do embate partidário e da luta pelo poder.

Agora, porém, as pesquisas mais reservadas encomendadas por muitos indicam que é preciso que os atores se conectem com a realidade, sob pena de perderem eleitores. Na semana passada, por exemplo, apesar de boa parte do Rio Grande do Sul já estar de baixo de água, o governo federal tinha decidido manter o Concurso Nacional Unificado, que seria realizado ontem. Mas, na sexta-feira, anunciou o adiamento.

A deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) tinha sido incisiva, na reunião da bancada, em Porto Alegre, antes de o governo adiar o certame: “Como é que a gente não está sendo sensível o suficiente para entender que é um momento de calamidade? Isso fala muito do distanciamento da realidade que estamos tendo”, alertou.

Foi preciso Lula ir ao estado para, depois de ver os estragos, concluir que não havia condições de realizar provas — e que a situação ainda se agravaria mais pela continuidade das chuvas.



ROBERTO BRANT

O EXECUTIVO ESTÁ ISOLADO E SEM PODER, DE FATO SUBORDINADO ÀS PAUTAS DESARTICULADAS DO LEGISLATIVO. ESTAMOS ASSISTINDO À AGONIA DO MODELO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O desencontro das maiorias

O governo Lula está enfrentando muitas dificuldades para governar. Uma parte da responsabilidade pode ser do presidente e sua equipe, mas outra razão para o desgoverno está na forma como as instituições políticas funcionam — ou melhor, não funcionam.

Desde 2010, vivemos em permanente crise política e, salvo no breve governo Temer, o país tem vivido praticamente sem governo. Estou entre os que culpam mais as instituições do que os homens por este estado de coisas. Mas não posso negar que tanto Bolsonaro quanto Lula contribuíram também para tornar as coisas piores.

A principal culpa de um e de outro está no fato de que, em vez de buscarem consensos para unir o país, ambos se empenharam em nos impor agendas ideológicas e divisivas. No caso de Lula, esse comportamento

é mais incompreensível porque sua vitória foi o resultado de uma coalização de forças claramente distantes das posições de seu partido. Num sociedade em que, conforme pesquisa recente do Ipec, apenas 18% dos brasileiros se identificam com a esquerda, tanto o presidente quanto seu partido não se cansam de mostrar apego ideológico.

Num episódio, que é o auge dessa estranha obsessão, uma comitiva de 28 membros do PT, liderada pela presidente do partido, deputada Gleisi Hoffman (PR), foi a Pequim para estreitar laços com o Partido Comunista da China, declarar sua admiração pela “democracia chinesa” de partido único e proclamar que o PT e PC chinês defendem que o socialismo é a alternativa para a paz e a justiça no mundo. Há uma vontade estranha de desunir e dar razão ao adversário.

Procurei demonstrar neste espaço que, no Brasil, não há possibilidade de o presidente, eleito pela maioria dos brasileiros, conquistar também pelo voto uma maioria parlamentar, o que é a norma em todas as principais democracias. Embora as eleições sejam simultâneas, o voto majoritário para presidente da República é um voto relativamente consciente, porque os candidatos são poucos e se tornam suficientemente conhecidos durante a campanha.

Quando às eleições para a Câmara dos Deputados, tudo é completamente diferente. Com cerca de 30 partidos e muitas centenas de candidatos disputando no grande espaço de cada estado, o eleitor ignora completamente o significado e a consequência do seu voto. As urnas acabam não definindo a maioria parlamentar, que tem que ser construída por meio de acordos e favores, depois da posse.

Independência

Esse sistema funcionou um certo tempo. Até 2015, sem maioria própria, cada governo cooptava a maioria necessária por meio da distribuição de cargos e, principalmente, pela liberação de recursos para os parlamentares beneficiarem suas bases. Essa liberação era arbitrária, a critério do Poder Executivo, que assim mantinha alinhada sua base. Era forçado, mas funcionava.

Em 2015, no governo fragilizado de Dilma Rousseff, os parlamentares começaram a limitar a discricionariedade do Executivo e a tornar impositiva a liberação de certas emendas. Uma sucessão de novas mudanças na Constituição foram tornando impositivas todas as liberações e elevando várias vezes o valor das emendas. Para se ter uma ideia, em 2015 o valor das emendas parlamentares foi de R\$ 3,43 bilhões.

Após o impeachment o valor saltou para cerca de R\$ 13 bilhões, em média,

até 2020. Naquele ano, sob Bolsonaro, o valor saltou para R\$ 36 bilhões. No atual governo Lula, em 2023 foram liberados R\$ 35 bilhões e, em 2024, serão R\$ 44 bilhões. O Legislativo ficou independente do Executivo para suas necessidades políticas. As eleições não produzem uma maioria e ficou muito difícil construí-la depois, pois o governo não tem mais instrumentos pragmáticos para isso. Restou aos presidentes apenas os discursos que nos dividem.

Nesse ambiente, o Executivo está isolado e sem poder, de fato subordinado às pautas desarticuladas do Legislativo. Estamos assistindo à agonia do modelo da Constituição de 1988, que se não for reformado levará o Estado brasileiro ao colapso.

Não haverá tal reforma sem um grande líder, que reconcilie a política e a sociedade e nos devolva um pouco de orgulho e de esperança.